

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 981 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1999

Novas regras para aposentadoria são aprovadas em duas comissões

Projeto enviado pelo Poder Executivo, que já passou pela Câmara e está pronto para ser apreciado em plenário, institui o fator previdenciário, por meio do qual se procura estimular o adiamento da passagem de trabalhadores à inatividade



O senador Osmar Dias presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Sociais em que foi aprovado o projeto que altera o cálculo das aposentadorias dos trabalhadores das empresas privadas



Logo depois da decisão da CAS, foi a vez da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador José Agripino, manifestar-se sobre a proposta do governo



Está pronto para ser apreciado em plenário o projeto que estabelece novas regras para a aposentadoria no setor privado. O texto foi aprovado ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, enviada pelo Poder Executivo e já aprovada pela Câmara, prevê a criação do fator previdenciário, que inclui a expectativa de sobrevivência no cálculo da aposentadoria e estimula o adiamento da passagem do trabalhador para a inatividade. Segundo o projeto, o cálculo dos benefícios levará ainda em conta a média aritmética de 80% dos maiores salários de contribuição desde julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real.

PÁGINAS 4 E 5

Plenário institui ISS sobre pedágio

PÁGINA 10

Senadores debatem papel das ONGs na Amazônia

O diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami, e o senador Gilberto Mestrinho discutiram na CRE a atuação das ONGs.

PÁGINA 3



150 Anos de

Rui Barbosa



Senadores, deputados e convidados participaram da homenagem no plenário do Senado

CONGRESSO HOMENAGEIA O ESTADISTA DA REPÚBLICA

PÁGINAS 6 E 7



Lúdio Coelho, Michel Temer, ACM, Bernardo Cabral e Luiz Otávio na Mesa que presidiu a sessão

Projeto obriga TVs por assinatura a retransmitirem emissoras legislativas

Proposta do senador Roberto Requião pretende ampliar a difusão dos trabalhos do Congresso Nacional, ao vivo, que já é feita pelas prestadoras de TV a cabo

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) determina que as prestadoras de serviço de televisão por assinatura transmitam a programação da TV Senado e da TV Câmara. A atual legislação já prevê essa transmissão, mas cita apenas as TVs a cabo, e Requião quer estender a obrigatoriedade a todos os serviços de televisão por assinatura, independentemente da modalidade de sinais que utilizem.

Roberto Requião afirma que a difusão dos trabalhos do Congresso, ao vivo e "com todos os defeitos e virtudes" do Parlamento, é

importante para a democracia, pois permite que um grande contingente de telespectadores possa acompanhar os trabalhos dos deputados e senadores "sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão comercial".

A transmissão deverá ser gratuita, integral e simultânea, sem inserções de qualquer natureza, conforme a proposta do senador paranaense. Assim, as TVs por assinatura não terão qualquer responsabilidade sobre o conteúdo da programação e nem gastarão para produzir os programas, que ficarão a cargo da TV Senado e da

Requião quer que a transmissão ocorra sem a inevitável edição imposta pelas redes de TV



TV Câmara.

O projeto já foi encaminhado ao exame da Comissão de Educação do Senado, em caráter terminativo, ou seja, não precisará ser votado pelo plenário, se aprovado na comissão e não houver recurso de pelo menos nove senadores. Para entrar em vigor, a proposta terá ainda de ser votada pelos deputados.

Emilia elogia presença do Senado em feira do livro

Ao registrar sua participação, no último final de semana, na 45ª Feira do Livro de Porto Alegre, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) destacou a presença do Senado na exposição, com um estande onde estão sendo expostos mais de 100 títulos do seu catálogo de publicações.

O evento, que está sendo realizado na Praça da Alfândega, no centro da cidade, desde 29 de outubro, será encerrado no dia 15 de novembro.

Emilia Fernandes contou que participou de uma sessão de autógrafos durante o lançamento do livro com as biografias dos senadores gaúchos desde o Império até os dias atuais.

Ela acrescentou que o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, também já visitaram o estande do Senado instalado na Feira do Livro.

De acordo com a senadora pelo

Rio Grande do Sul, a programação da feira inclui lançamentos de livros, encenações teatrais, recitais de poesias, palestras, entrevistas, entre outras atividades artísticas.

Emilia Fernandes ressaltou que a participação do Senado em eventos deste tipo é em grande parte fruto do incentivo dado pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Carlos Patrocínio (PFL-TO):

— Este evento, diante da realidade atual da banalização da informação e da violência nos meios de comunicação, é um alento, pois a leitura ainda é, e sempre será, um instrumento de formação de caráter,

de cidadania e de desenvolvimento humano. Se a feira desse apenas essa contribuição à sociedade gaúcha já estaria com seus objetivos plenamente atingidos — opinou Emilia Fernandes.



Emilia lembrou importância da leitura para formação do caráter

GDF cede terreno para instalação de transmissores

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem do secretário de Assuntos Fundiários do Distrito Federal, Odilon Aires, documento formalizando a permissão de uso ao Congresso Nacional de uma área de 10 mil metros quadrados para instalação dos equipamentos de transmissão da Rádio Senado, bem como das TVs Senado e Câmara, que a partir do ano 2000 poderão transmitir também em

sinal aberto.

Acompanhado do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e do diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, Odilon Aires revelou que a área destinada à instalação das torres de transmissão das emissoras localiza-se ao norte de Brasília, em um dos pontos mais altos do DF, e permitirá ampliar o alcance dos sinais de rádio e televisão.



Senador Antonio Carlos, Fernando Cesar, o secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, e Agaciel Maia

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à "PEC nº 1/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; substitutivo do Senado ao "PLC nº 18/95, que regulamenta a profissão de histotecnologista; "PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); "PLC nº 17/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do parágrafo 1º do art. 102 da Constituição Federal; "PDL nº 100/98, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ametista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Planalto (RS); "PDL nº 118/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural São Francisco de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Siqueira Campos (PR); "PDL nº 120/98, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã (SP); "PDL nº 122/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Sete Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns (PE); discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao "PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; e "PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

COMISSÕES

9h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre dilapidação do patrimônio do menor Luiz Gustavo Nominatto — Vara de Orfãos e Sucessões de Brasília. Análise de indícios de irregularidades apontadas no Processo nº 8.320/87. 11h — Oitiva — Desembargador Ernani Vieira de Souza — Tribunal de Justiça de MT. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, "PL nº 11-B/99 — CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76 milhões, para os fins que especifica; "PL nº 22/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; "PL nº 29/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1 bilhão; e "PL nº 37/99 — CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 20 bilhões. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: entre outros itens, "PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; "PLC nº 1/96, institui para os estados, Distrito Federal e municípios compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares; e "Requerimento nº 14/99, dos senadores Marina Silva e Roberto Saturnino, solicitando o comparecimento do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos sobre denúncias constantes no jornal *Correio Braziliense*, de 4.11.99, pág. 18, e em outros periódicos, dentre os quais *Folha de S. Paulo*, em que há suspeitas de envolvimento do citado ministro na cobrança de propinas para a liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota hoje prazo de 60 dias para restituição do IR

O plenário do Senado vota hoje, em turno suplementar, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa em 60 dias, após a entrega da declaração, o prazo para que seja restituído ao contribuinte o Imposto de Renda (IR) pago em montante superior ao devido. Se confirmada a aprovação do projeto, mediante substitutivo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a matéria irá à apreciação da Câmara.

Também em turno suplementar, o plenário vota substitutivo a projeto de lei da Câmara que regulamenta a profissão de histotecnologista. O projeto regula as profissões de técnico de laboratório, auxiliar de laboratório e técnico em hemoterapia, definindo como eles podem ser considerados habilitados para exercer

a profissão. Delibera também sobre iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Os senadores deverão votar o projeto que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que tem como finalidade de fornecer ao presidente da República subsídios nos assuntos de interesse nacional.

Também deverá ser votado projeto originário da Câmara dos Deputados regulamentando o procedimento na arguição judicial referente a descumprimento de preceito constitucional, com a finalidade de evitar ou reparar lesão resultante de ato do poder público.



Senadores Tião Viana, Gilberto Mestrinho e José Sarney e o representante do Greenpeace, Roberto Kishinami

CRE debate saídas para desenvolver Amazônia

Comissão de Relações Exteriores ouve senador Gilberto Mestrinho e representante do Greenpeace na segunda etapa do seminário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizou ontem a segunda etapa do seminário "A Amazônia - Patrimônio Ameaçado?", ouvindo o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. O senador questionou o papel das organizações não-governamentais (ONGs), na sua maioria movidas por interesses internacionais que querem impedir o desenvolvimento da região, segundo Mestrinho.

Ao responder, Kishinami disse que não falava pela comunidade internacional, mas garantiu que o Greenpeace respeita a autonomia do Brasil sobre a Amazônia. A nociva presença internacional na região é representada por grandes proprietários de terras e grandes projetos de exploração madeireira e mineração, de acordo com o ecologista.

Na opinião de Mestrinho, o que as ONGs e o governo brasileiro, por meio da política ambiental, estão fazendo é im-

pedir a exploração econômica da Amazônia pelos seus habitantes, levando-os a uma condição de miséria mesmo habitando solo muito rico:

— O que eles querem é expulsar as pessoas da Amazônia. Temos que pensar na sobrevivência do ser humano em primeiro lugar — disse o senador.

Para o diretor do Greenpeace, é um equívoco enxergar a Amazônia como um vazio econômico e demográfico a ser ocupado. Para ele, a política adequada deve levar em conta as necessidades das populações que lá já habitam, mas com foco no extrativismo de forma a preservar a biodiversidade.

Mestrinho rebateu o ponto de vista do Greenpeace, dizendo que é preciso explorar a floresta, até para renová-la, contribuindo ainda para a melhoria das condições do ar. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) concorda com a necessidade de exploração econômica da Amazônia e lamentou as dificuldades

em se encontrar alternativas para fazê-lo de modo racional, beneficiando o homem e a natureza. Luiz Otávio (PPB-PA) contestou a afirmação de Kishinami de que a atividade madeireira no sul do Pará degradou muitas áreas e deixou como saldo cidades-fantasma:

— O senhor deveria se reciclar — aconselhou Luiz Otávio.

Tião Viana (PT-AC), autor do requerimento para realização do seminário, considerou positivo o debate e lembrou que há menos discordâncias do que parece entre Mestrinho e o Greenpeace. "Assistimos aqui não a um confronto, mas a uma controvérsia", disse Viana.

O presidente da comissão, José Sarney (PMDB-AP), enfatizou a importância do debate e saudou a presença de Kishinami no seminário em seguida a um protesto de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que deixou a reunião afirmando não concordar com a presença do representante do Greenpeace.

CPI aprecia caso de herança no DF

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresenta hoje, às 9 horas, o relatório sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança — deixada pelo pai, o empresário Washington Nominatto — teria sido dilapidada no decorrer do processo de inventário. Em seguida, por volta das 11 horas, os senadores da CPI ouvirão o depoimento do desembargador Ernani Vieira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Segundo depoimentos prestados à comissão, a dilapidação ocorreu enquanto

a fortuna herdada por Luiz Gustavo, que era avaliada em R\$ 30 milhões, era administrada pela Justiça do Distrito Federal.

O desembargador Ernani Vieira deverá falar aos senadores sobre as denúncias feitas contra ele pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro. Entre as acusações, estão as denúncias de contratação e nomeação de funcionários para cargos em comissão do TJMT com objetivos sexuais.

Orçamento terá relatórios até o próximo dia 25

Em reunião realizada ontem, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização marcou para o próximo dia 25 a data para que os relatores setoriais entreguem seus pareceres ao Orçamento de 2000 e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA). A informação foi prestada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-presidente da comissão, frisando que a intenção dos parlamentares é votar o Orçamento para 2000 antes do final deste ano.

A comissão decidiu que os relatores setoriais começarão a definir hoje o perfil dos seus pareceres. Segundo Jucá, serão propostos os cortes necessários para atender às emendas que já foram encaminhadas pelas bancadas estaduais e comissões temáticas.

Comissão avalia crédito para a reforma agrária

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 9 horas, para apreciar, entre outras matérias, a abertura de crédito para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, no valor de R\$ 79,9 milhões, destinado a ajustar o orçamento do Inbra para o assentamento de trabalhadores rurais.

Também será analisada a concessão de créditos especiais para a Justiça Federal, no valor de R\$ 347 mil, destinados à conclusão do edifício-anexo do TRE de São Paulo, e R\$ 76 milhões para o Ministério dos Transportes, para a correção de classificação orçamentária de dotação inadequada da Companhia Docas do Estado de São Paulo.



Jorge Quiroga e Sarney discutiram as relações bilaterais

Sarney encontra-se com vice-presidente boliviano

O vice-presidente da Bolívia, Jorge Quiroga, foi recebido ontem pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador José Sarney (PMDB-AP), no Salão Nobre do Senado Federal. Jorge Quiroga, que estava acompanhado do embaixador do Brasil na Bolívia, Stélio Arante, e do embaixador boliviano, Gonzalo Montenegro, conversou com Sarney sobre o desenvolvimento das relações entre os dois países. Ao final do encontro, o senador pelo Amapá apresentou o vice-presidente com dois exemplares autografados do livro *O Dono do Mar*, de sua autoria, em versão espanhola.



Antonio Carlos, entre Albano Franco e Maria do Carmo

ACM recebe documento com 40 mil assinaturas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem documento com cerca de 40 mil assinaturas contra a transposição das águas do rio São Francisco, entregue pelo governador de Sergipe, Albano Franco. Ele estava acompanhado por parlamentares do estado e pelo bispo de Propriá, dom Mário Ritz. Segundo a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Antonio Carlos manifestou-se de acordo com o texto que lhe foi apresentado:

— O presidente foi claríssimo: vamos, em primeiro lugar, fazer a revitalização do rio São Francisco, e, aí sim, pensar em transportar as suas águas para onde for necessário — disse a senadora.

Subcomissão do Cinema se reúne amanhã

A Subcomissão do Cinema Brasileiro continua amanhã, às 9 horas, a série de audiências "Povo do Cinema". Desta vez, serão ouvidos o produtor Luiz Carlos Barreto, o distribuidor cinematográfico José Carlos Avellar e o proprietário de salas de exibição Luiz Severiano Ribeiro. O objetivo da subcomissão é recolher subsídios para a elaboração de uma legislação específica para o cinema, facilitando a captação de recursos e a

colocação dos filmes brasileiros nos mercados interno e externo.

Será a quarta audiência da subcomissão, que é presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Até agora, já compareceram ao Senado diretores, produtores e empresários ligados à distribuição e à exibição cinematográfica. A subcomissão foi criada no âmbito da Comissão de Educação.

Duas comissões aprovam mudanças na Previdência

O projeto que estabelece novas regras de aposentadoria para o setor privado foi aprovado ontem por duas comissões – as de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta prevê a criação do fator previdenciário, que inclui a expectativa de



sobrevida no processo de cálculo da aposentadoria e estimula o adiamento da passagem do trabalhador para a inatividade. Enviado pelo Poder Executivo, o projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e deverá chegar logo ao plenário do Senado, para ser votado até o dia 22.

Parecer favorável tem apenas quatro votos contrários na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei, de autoria do Executivo, que modifica o sistema de previdência social e altera o cálculo para a concessão da aposentadoria aos trabalhadores do setor privado. Votaram contra o projeto que institui o fator previdenciário no cálculo dos benefícios os senadores Tião Viana (PT-AC), Emilia Fernandes (PDT-RS), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL).

O projeto faz diversas modificações nas Leis de Custeio e de Benefício da Previdência Social, dentre as quais a introdução de novo cálculo para a concessão das aposentadorias, com a ampliação da referência para o cálculo do benefício e a introdução do chamado fator previdenciário.

Segundo o relator, o fator previdenciário pretende estreitar a vinculação entre benefício e contribuição prévia, ao considerar a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria, com um período de transição de 60 meses para sua implantação. O projeto também reduz o número de categorias de segurados das atuais sete para quatro (empregados, empregados domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais) e estende a concessão do salário-maternidade para todas as seguradas da Previdência Social. A medida, segundo o senador, pretende atrair para o sistema 2,5 milhões de trabalhadoras autônomas.

As alíquotas de contribuição pagas pelas empresas ao INSS serão equalizadas, conforme o relator. A alíquota, de acordo com o projeto, será de 20% para a empresa que contratar empregados registrados, contribuintes individuais ou facultativos. O mesmo percentual será calculado sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, durante o mês, aos trabalhadores avulsos.

A alíquota de contribuição das cooperativas será de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços a essas instituições. No caso de bancos e sociedades de crédito, a alíquota será de 20%.

Ao ser aprovado o parecer, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ficou prejudicado o voto em separado de Heloísa Helena, que rejeitava o projeto original e apresentava um substitutivo.



A Comissão de Assuntos Sociais acompanhou a posição do relator, senador Geraldo Althoff, apesar de críticas de senadores opositores

Só senadores da oposição discutiram a proposta

Durante a discussão do projeto que modifica a Previdência no setor privado, na Comissão de Assuntos Sociais, somente os parlamentares da oposição se manifestaram. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a proposta impõe perdas aos trabalhadores do setor privado e criticou a postura de "omissão" do governo diante dos sonegadores da Previdência Social. Citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a senadora petista disse que só a União tem uma dívida de R\$ 33 bilhões com o INSS, e que há ainda dívidas de mais de R\$ 50 bilhões de sonegadores. A senadora voltou a afirmar que é inconstitucional, além de injusta, a

adoção da expectativa de sobrevida criada pelo projeto para o cálculo do chamado fator previdenciário, que resultará na fórmula matemática para calcular o valor da aposentadoria. Essa regra, acrescentou, não leva em conta a diversidade na expectativa de vida das várias classes sociais do país. No seu voto em separado, a senadora apresenta vários cálculos para comprovar que haverá casos em que a pessoa morrerá antes de receber a aposentadoria, já que o projeto do governo subtrai o valor do benefício antes que a pessoa atinja 60 anos de idade, mesmo que tenha cumprido os anos exigidos para a contribuição, de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) também criticou o projeto e citou um artigo do ex-ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, no qual ele afirma que o projeto do governo não resolverá o problema de déficit na Previdência e ainda aumentará as distâncias entre as diversas categorias de aposentados. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) parabenizou Heloísa Helena pelo voto em separado e o substitutivo, afirmando que o projeto do governo cria artifícios e impede que muitos trabalhadores recebam a aposentadoria em vida, o que, segundo ele, poderá transformar o benefício em auxílio-funeral.



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou por 13 votos contra cinco parecer apresentado pelo senador Romeu Tuma

Tuma vê relação mais justa entre contribuição e benefício

Em parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator do projeto que cria o fator previdenciário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ressalta que a proposta prevê o aumento do número de salários de contribuição para o cálculo dos salários de benefício. Assim, ao contrário da média dos últimos 36 salários de contribuição, como é feito hoje, será levada em conta a média aritmética de 80% dos maiores salários de contribuição pagos a partir de 1º de julho de 1994, data de implantação do Plano Real. Para Tuma, esta mudança “torna a aposentadoria do segurado do Regime Geral de Previdência Social mais próxima da respectiva contribuição”.

O outro ponto principal do projeto é o fator previdenciário, segundo Tuma “uma fórmula complexa” que introduz, no cálculo do benefício, a idade do trabalhador e sua expectativa de vida ao se aposentar. O relator salienta que esse fator pode elevar a aposentadoria dos segurados que adiem sua passagem para a inatividade, mas também pode reduzir o valor do benefício mesmo para aqueles que tenham cumprido 35 anos de contribuição, se homens, e 30 anos, no caso das mulheres. De qualquer forma, es-



ses valores se limitam, no plano inferior, ao salário mínimo, e, no plano superior, ao teto de benefícios da Previdência, hoje de R\$ 1.255,32. Para Tuma, o projeto não descumpra a Constituição por garantir o direito de aposentadoria aos segurados que contribuíram pelo tempo mínimo necessário, citado acima. Pelo contrário, afirma, mantém o cumprimento do dispositivo constitucional ao “garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social”.

Em voto em separado, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou pela existência de duas inconstitucionalidades na proposta. Em primeiro lugar, afirmou que um projeto de lei ordinária não pode revogar princípio disposto em lei complementar, que necessita de *quorum* qualificado para sua aprovação. Para Tuma, a emenda constitucional nº 20 retirou da lei a ser modificada seu caráter complementar, possibilitando sua alteração com lei ordinária. Dutra discordou.

Em segundo lugar, sustentou o representante de Sergipe, o projeto em questão pretende incluir a idade do segurado no cálculo de seu benefício, exigência não prevista no texto constitucional.

O senador Roberto Requião

(PMDB-PR) afirmou que iria votar contra por economia processual, já que a matéria, em sua opinião, será declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou que a CCJ não mais cumpra com sua atribuição principal, que é analisar a constitucionalidade das propostas que lhe são encaminhadas.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a fórmula para cálculo do fator previdenciário é mais complexa que a criada por Albert Einstein, prevenindo a bomba atômica. O outro parlamentar que votou contra o projeto, José Alencar (PMDB-MG), defendeu a idéia de se criar um novo sistema previdenciário para os que estão ingressando agora no mercado de trabalho, mantendo-se as regras para quem já contribuiu.

MINISTRO

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), marcou para a próxima quinta-feira audiência pública com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, para discutir a imputabilidade criminal para menores de 18 anos. O senador Dutra pediu vista do outro item da pauta de ontem, um projeto de lei de autoria de Requião para criação do Conselho Nacional de Justiça, que teve parecer contrário do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Jader Barbalho acusa Banco Central de dificultar ação de CPI

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e presidente nacional do partido, acusou ontem o Banco Central, em discurso, de “dificultar os trabalhos da CPI dos Bancos”, atrasando a entrega de documentos sob a alegação de que as informações são protegidas pelo sigilo bancário.

Ele criticou especificamente o diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, que chegou a questionar em ofício o presidente da CPI se o pedido de informações havia sido aprovado pela maioria absoluta dos integrantes da comissão de inquérito, pois só assim poderia mandar a documentação, cumprindo uma exigência da lei.

— Na época da CPI dos Precatórios, quando governos estaduais e prefeituras eram investigados, o Banco Central colaborava a ponto de enviar documentos 24 horas depois de solicitados. Agora, quando as investigações envolvem a instituição, fazem tudo para protelar a entrega de documentos — afirmou.

Jader informou que a CPI dos Bancos decidiu prorrogar seus trabalhos até o dia 5 de dezembro para investigar, entre outras coisas, uma denúncia da revista *IstoÉ Dinheiro* de que o ex-dono do Banco Excel, Ezequiel Nasser, teria desviado para as Bahamas, conhecido “paraíso fiscal”, cerca de US\$ 100 milhões. O Excel foi o comprador do Banco Econômico com apoio do Proer.

No dia 22 de outubro, a CPI pediu ao Banco Central cópias dos relatórios da auditoria realizada no Banco Excel-Econômico, de onde a revista teria tirado suas informações. No dia 25, o diretor de Fiscalização do BC enviou ofício à



Jader Barbalho criticou o diretor de Fiscalização do Banco Central, Luiz Carlos Alvarez

CPI afirmando que dificilmente o banco teria condições de enviar o material solicitado “no prazo usual de cinco dias”. Duas semanas depois, em vez de obter cópias dos documentos, a CPI recebeu novo ofício do diretor Luiz Carlos Alvarez, informando que a documentação estava protegida por sigilo bancário. Por isso, ele questionava se o requerimento da CPI tinha sido aprovado por maioria absoluta, como prevê a lei.

— Um fiscalizador, que não fiscaliza bancos, agora quer fiscalizar o Senado. Por isso é que a CPI tem dificuldades de trabalhar — afirmou Jader.

O senador lembrou que é o sub-relator da CPI nas investigações sobre o Proer e, ante as dificuldades impostas pelo BC, vai fechar seu relatório com base nas reportagens da *IstoÉ Dinheiro*. “Se a *IstoÉ* tem acesso a documentos do Banco Central e a CPI não tem, não vejo outra alternativa a não ser agir assim.”

Antonio Carlos anuncia que exigirá resposta do BC

Após o discurso de Jader Barbalho, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que enviaria imediatamente ofício ao presidente do Banco Central exigindo que a instituição encaminhe cópias dos documentos solicitados pela CPI dos Bancos.

Antonio Carlos afirmou que, no documento, mencionaria “a intollerância do Senado” em relação ao ofício do diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, que questiona se a CPI aprovou ou não por maioria absoluta o requerimento com o pedido de informações sobre o Banco Excel.

O presidente do Senado acrescentou que os senadores esperam as cópias dos documentos “sem nenhuma explicação ao Banco Central”. Para ele, quem deve explicações é o BC, “e não o Senado”.

PPB expulsa deputado denunciado por envolvimento com o narcotráfico

O Partido Progressista Brasileiro (PPB) decidiu expulsar o deputado estadual do Maranhão, José Gerardo, que vem sendo investigado pela CPI do Narcotráfico da Câmara. José Gerardo está sendo apontado pelas investigações como participante de grupos ligados à distribuição de drogas. O anúncio foi feito ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

— A decisão da Comissão Executiva Nacional motivou-se pelo que a imprensa já divulgou e pelo que toda a sociedade brasileira já conhece — afirmou Quintanilha.

O senador também informou que o PPB realizará hoje convenção, na qual serão discutidos assuntos relacionados à proteção e ao fortalecimento da atividade agrícola.



POLÍTICO, JURISTA, ESCRITOR E JORNALISTA, O BAIANO RUI BARBOSA DE OLIVEIRA FOI, ACIMA DE TUDO, UM HOMEM DE IDÉIAS, ENFATIZARAM OS ORADORES QUE HOMENAGEARAM A PASSAGEM DE SEU SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO. IDÉIAS QUE SE MANTÊM, EM MUITOS ASPECTOS, BASTANTE ATUAIS

Estadista da República é homenageado

O plenário do Congresso Nacional reuniu-se ontem para homenagear o sesquicentenário do nascimento de Rui Barbosa. Presidida por Antonio Carlos Magalhães, a sessão solene contou também com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Antonio Carlos, os senadores Jefferson Péres e Artur da

Távola e os deputados federais Maria Elvira e Paes Landim ressaltaram a importância de Rui Barbosa na história do Brasil.

Como parte das solenidades, foram distribuídos dois livros publicados pelo Senado: *Pensamento e Ação de Rui Barbosa* e *Rui, o Estadista da República*, de João Mangabeira.

Ao discursar na solenidade de ontem, a deputada Maria Elvira disse que Rui Barbosa foi "um dos mais importantes homens públicos que o país já conheceu"



Diante do plenário lotado, vários oradores deram ênfase ao papel de reformador social desempenhado por Rui Barbosa durante toda a sua vida pública



Jefferson Péres ressalta perfil modernizador

Reformador e aberto às mudanças, intransigente defensor do estado democrático de direito, clarividente a ponto de afirmar a inocência de Dreyfus antes da peça acusatória de Emile Zola, Rui Barbosa também foi um vanguardista, disse o senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao discursar na sessão solene do Congresso Nacional realizada ontem para comemorar os 150 anos do nascimento do político, escritor e jurista brasileiro.

— Há mais de 100 anos já preconizava reforma tributária que introduzisse imposto de renda, imposto sobre terras improdutivas e imposto progressivo sobre heranças, além de proclamar a injustiça dos impostos indiretos e sugerir o fim da tributação em cascata, muito antes da criação do imposto sobre valor agregado em qualquer país do mundo — lembrou o senador.

Rui Barbosa foi homem de múltiplas atividades que, apesar disso, deixou uma obra que atinge 200 volumes, onde pode-se "enlevar com o cultor do idio-

ma, de assombroso saber filológico", disse Jefferson. Ele também enalteceu "o combatente sem medo e sem mácula", manifestando o seu encantamento pela figura de Rui Barbosa desde a sua juventude.

Combatente inconformado com o *status quo*, acrescentou Jefferson Péres, na escravatura, Rui Barbosa defendeu a abolição; na monarquia, pregou a República; contra o Estado unitário, quis a federação; e, num país agrícola, defendeu a industrialização.

Cento e cinquenta anos após seu nascimento, disse o senador, Rui Barbosa pode ser um referencial para os que hoje ingressam na vida pública e



Jefferson chegou a chamar Rui de "clarividente" por sua capacidade de enxergar além do seu tempo

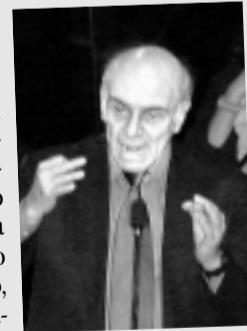
não estejam dispostos a se deixar conspirar. "Nada Rui Barbosa teria a dizer, por outro lado, aos que buscam a vida pública movidos por interesses condenáveis, nem tampouco para os que, no limbo cinzento da mediocridade, a subalternizam na disputa desprezível por coisas pequenas", concluiu.

Távola destaca conflito entre idealismo e pragmatismo

Entre os dois temperamentos que caracterizam a vida política, o idealismo e o pragmatismo, Rui Barbosa "talvez seja a figura que mais tenha concentrado esse conflito eterno, que reproduz a dualidade do próprio temperamento humano, dividido entre a afirmação de valores e a dedicação às normas que pavimentam a conquista do poder", disse o senador Artur da Távola (sem partido-RJ) em seu discurso.

— Rui encarna esse conflito como poucos. Foi basicamente um idealista que fez o que pôde para ser eficaz — observou.

"Baixo e enfermiço", destacou o senador fluminense, a história da vida de Rui Barbosa é a de "uma tentativa quase fracassada" de conciliar idéias políticas e o esforço para concretizá-las, pois passou à história como "homem que não conquistou o poder", dadas as derrotas que



Para Távola, Rui foi um "idealista que fez o que pôde para ser eficaz"

coleccionou, enfatizou Artur da Távola.

Para os idealistas, prosseguiu o orador, "a vitória está fora deles", como teria ocorrido com Rui Barbosa — "um vitorioso pelas idéias, defendidas em todos os *fronts* de luta, entre eles a imprensa, que então era pautada pela política e não o contrário, como acontece nos dias de hoje", afirmou Távola, para quem Rui foi, "no jornalismo, um pragmata vitorioso".

As duas candidaturas à Presidência da República foram duas das muitas derrotas sofridas por Rui Barbosa, mas o que importa, conforme o senador, é que, "diante da história, não serão apenas os êxitos as matérias das lições políticas". Na opinião de Távola, a grande lição dada pela vida do baiano Rui Barbosa foi a de que "o êxito, a vitória ou a eventual glória na mídia nada valem diante da força moral, uma vez que vale permanecer fiel a si mesmo, custe o que for", resumiu ele.

PRESENTE EM MOMENTOS MARCANTES DA HISTÓRIA BRASILEIRA, FOI MINISTRO DA FAZENDA E DEFENSOR DO FIM DA ESCRAVIDÃO E DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, NA QUAL EXERCEU GRANDE INFLUÊNCIA EM SEUS PRIMEIROS ANOS DE VIDA



Antonio Carlos diz que Rui personifica luta contra pobreza e exclusão social

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, foi o último orador da sessão solene do Congresso Nacional em homenagem a Rui Barbosa. Ele aproveitou a oportunidade para conclamar deputados e senadores a “edificarem a memória viva de Rui, o estadista da República”, levando o Legislativo brasileiro a atuar com firmeza em favor dos mais pobres, dos excluídos e despossuídos, honrando sua luta pela liberdade e em defesa da democracia, bem como sua coragem para prosseguir na luta pelo primado do Direito e da Justiça”.

Antonio Carlos observou que “hoje, no Brasil, quando se abrem à luz casos gravíssimos de comportamento de homens públicos, felizmente poucos, através dos trabalhos das CPIs do Senado e da Câmara, faz falta a voz segura do grande jurista”. O senador disse que Rui Barbosa serve de exemplo para a “devassa dos escaninhos da corrupção, do narcotráfico, do estelionato e das agres-

sões aos direitos humanos que as diversas CPIs vêm promovendo”.

— Rui Barbosa será sempre um modelo a ser seguido por todos os que buscam aperfeiçoar-se como políticos e homens públicos — afirmou o presidente do Congresso, lembrando as lutas do jurista baiano pela abolição da escravatura e pela República, a coragem na defesa da liberdade e da democracia e a iniciativa histórica de propor perante o Supremo Tribunal, em 1892, o primeiro pedido de *habeas corpus* sobre matéria política que se impetrou no país.

Ao recordar a atuação de Rui como senador, Antonio Carlos destacou a defesa da anistia dos participantes do levante da Escola Militar, em discurso pronunciado no Senado a 5 de agosto de 1905. A preocupação com questões sociais foi destacada a partir de sua plataforma para a campanha eleitoral de 1919, quando foi candidato à Presidência da Repú-



Segundo ACM, Rui “será sempre um modelo a ser seguido pelos políticos”

ca. “Vejam só, há 80 anos. E ainda hoje nos perdemos nesse debate da pobreza no Brasil”, observou o presidente do Senado.

Ao concluir seu pronunciamento, o senador Antonio Carlos Magalhães enfatizou a luta de Rui Barbosa em defesa da justiça e da liberdade, assinando seu compromisso com a ética

pessoal. Ele lembrou um “princípio” de Rui, que os parlamentares deveriam ter como postulado: “Quando, para me sentar na minha cadeira de senador, se me exigir que deixe a consciência à porta da rua, ou me dissimule a voz sob um falso, ninguém me verá mais neste lugar, de onde hei de sair honrado, como entrei”.

Defesa da democracia era uma constante, afirma Maria Elvira

“Homenagear Rui Barbosa é fazer uma incursão à história do Brasil, por meio do reconhecimento ao vulto político, ao gênio da literatura, ao advogado, jurista e jornalista”, disse a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) durante a comemoração, em sessão solene do Congresso Nacional, dos 150 anos de nascimento de Rui.



Conforme a definição de Maria Elvira, Rui foi “um homem multimídia”

Para ela, a homenagem “a um dos mais importantes homens públicos que o país já conheceu é um dever cívico e um compromisso para com a cultura e a memória nacionais”.

Maria Elvira, que falou em nome da Câmara dos Deputados, disse que Rui Barbosa foi, a seu tempo, “um homem multimídia”: orador imbatível, intelectual que sempre buscou a inovação, estudioso incansável, liberal convicto e, conforme observou, um idealista que sempre lutou por um Brasil melhor.

Depois de lembrar que Rui Barbosa participou ativamente da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, Maria Elvira afirmou que a primeira Constituição republicana, pro-

mulgada em 1891, trazia a marca inconfundível de Rui Barbosa. “Muito do figurino da jovem República deveu-se a ele, que colocou todo o seu talento jurídico a serviço da instituição.”

A deputada enalteceu ainda a lendária participação de Rui Barbosa na Conferência da Paz de Haia, em 1907, na defesa das pequenas nações junto às grandes. De imediato e graças à firme atuação de Rui Barbosa, conforme lembrou, o Brasil ocupou uma posição de liderança entre os países menos poderosos, tendo o seu nome lançado no cenário mundial. Foi nessa época que Rui Barbosa passou a ficar conhecido como a “Águia de Haia”.

No plano interno, segundo a deputada, ele não descuidou da luta em favor da democracia e do combate a regimes totalitários. “Rui sempre foi contra as fórmulas viciadas de se fazer política que privilegiavam as oligarquias estaduais”, garantiu Maria Elvira. Como senador, concluiu a deputada, Rui Barbosa “tornou-se um símbolo que honra e engrandece o Parlamento”.

Para Landim, o baiano foi “um símbolo da nacionalidade”

Ao discursar em homenagem aos 150 anos de nascimento de Rui Barbosa, na sessão solene do Congresso, o deputado Paes Landim (PFL-PI) afirmou que, além de um exemplo a ser seguido por todos os brasileiros, Rui tornou-se “um símbolo da nacionalidade, um defensor do estado de direito, com ativa participação nos momentos mais decisivos que marcaram a história do país”.

Paes Landim, que falou em nome da Câmara dos Deputados, destacou dois pontos de fundamental importância na obra de Rui Barbosa: a luta por uma federação coesa e o significado do Poder Judiciário para a garantia das instituições republicanas. Segundo o deputado, Rui Barbosa sempre defendeu, com rigor, a separação de poderes e o controle judicial das leis.

Segundo o deputado, Rui Barbosa, quando senador, “jamais esmoreceu contra os próprios excessos constitucionais que o Parlamento poderia cometer e combateu os abusos governamentais”. Paes Landim disse que Rui, à frente do Ministério da Fazenda, “organizou a economia industrial brasileira e sempre manteve em dia os compromissos do Tesouro Nacional, sem lançar mão de empréstimos e nem paralisar as obras públicas”.

Rui Barbosa “foi um construtor de instituições, um cultor do direito, mestre da eloquência, doutrinador e, entre outras tantas atribuições, um pregoeiro da liberdade”, completou Paes Landim, que também ressaltou a participação de Rui na Conferência de Paz de Haia, em 1907, e sua atuação como senador.



Paes Landim destacou, na obra de Rui, a luta pelo Judiciário e por uma federação coesa

Alcântara quer ver obra de João Cabral mais conhecida

A obra poética de João Cabral de Melo Neto tem “a capacidade de aliar ao apuro técnico a inovação formal e a contundente revelação da realidade”. A análise é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que homenageou em discurso a memória do poeta pernambucano, falecido no dia 9 de outubro.

Alcântara lamentou que João Cabral não tenha tido sua obra devidamente reconhecida, citando como um dos motivos o fato de o Brasil não valorizar a literatura em geral e, em particular, a poesia. Mesmo reconhecendo que fora do país o poeta obteve certo reconhecimento, o senador disse que João Cabral encontrou obstáculos para divulgar sua obra pela dificuldade de obter traduções competentes.

Considerando que o melhor reconhecimento que um poeta pode ter é a popularização de sua obra, Alcântara destacou trechos de poesias que consagraram o autor. Entre elas, *O Cão sem Plumas*, de 1950, que, de acordo com o senador, mostra as semelhanças entre o rio, o cão e o homem, evidenciando o estado de “extrema carência dos seres humanos e sua capacidade visceral de resistência”.

O *Auto de Natal Pernambucano: Morte e Vida Severina* também foi mencionado pelo parlamentar. Nele, “o poeta enfoca a condição geral dos pobres do Nordeste, acompanhando a migração de um lavrador, que sai do sertão ressequido e passa pelos canaviais, até chegar à cidade do Recife”.

O senador sustentou a necessidade de a obra de João Cabral estar mais presente na cultura brasileira. “Se já há pessoas que frequentam seus poemas e com ele se enriquecem, quão melhor seria se fosse maior esse número”, disse.



Alcântara: poeta aliou “técnica e visão contundente da realidade”

CAS pede informações sobre dívida da Caixa com FGTS

Senadores decidem solicitar ao Tribunal de Contas da União informações a respeito de débito de R\$ 9,3 bilhões, referente a créditos obtidos pelo agente financeiro na gestão de recursos do fundo antes de novembro de 1985

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), baseados em parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO), decidiram ontem solicitar informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o pagamento de dívida da Caixa Econômica Federal (CEF) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 9,3 bilhões, referente a créditos obtidos pelo agente financeiro na gestão de recursos do fundo antes de novembro de 1985.

Segundo Moreira Mendes, que analisou decisão do TCU sobre a destinação da importância proveniente da

aplicação dos recursos do FGTS, auditoria constatou que a CEF apurou apenas operações contratadas a partir de outubro de 1989, o que, segundo o TCU, é irregular, pois coube também ao agente financeiro o risco pelas operações anteriores àquela data. Assim, a dívida da CEF junto ao FGTS totalizava, em novembro de 1985, R\$ 17,7 bilhões, dos quais a Caixa se responsabiliza por apenas R\$ 8,3 bilhões. O restante, conclui Moreira Mendes, fica sem qualquer cobertura.

— Torna-se, portanto, relevante para esta comissão averiguar se a CEF efetivamente cumpriu as decisões do

TCU, que a responsabilizam pelos créditos inadimplidos e que determinam a devolução desses valores ao FGTS, sob pena de se patrocinar elevado ônus para o fundo, comprometendo a política de avaliação de habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana, com impactos também negativos no nível de emprego da economia — entendeu Moreira Mendes, que identificou ainda ilegalidades em resoluções do FGTS e pediu o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acerca das decisões do Conselho Curador do Fundo.

Quatro testemunhas falarão sobre o licenciamento de bingos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu continuar investigando a existência de um esquema de corrupção relacionado à liberação de autorização para abertura de salões de bingos eletrônicos no país. Ontem, os senadores da CAS aprovaram dois requerimentos apresentados pelo presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), convidando mais quatro pessoas a depor.

Baseado em informações publicadas na imprensa, Osmar Dias quer ouvir dois ex-funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Paulo Araújo e André Manfredini. Segundo o senador, a portaria do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp) que permitiu a instalação de máquinas de bingo e que está sob suspeita foi elaborada pelos dois, com a participação, inclusive, dos donos dos bingos.

Em outro requerimento, o presidente da CAS solicita o convite aos procuradores da República no Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb. Eles são autores de ação

cautelar que acusa o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antônio Buffara, de improbidade na condução da liberação dos bingos eletrônicos. Osmar Dias comunicou que o Ministério Público italiano entrou em contato com os procuradores para averiguar a participação da máfia daquele país no processo.

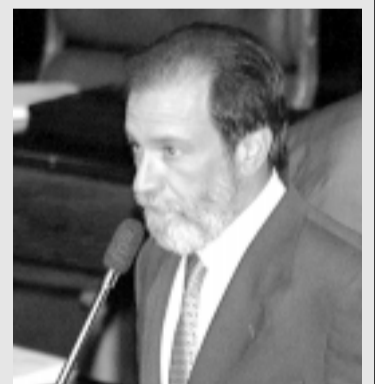
O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o PFL tem o máximo interesse em que todas as denúncias de irregularidades relacionadas à autorização para funcionamento de salões de bingo sejam esclarecidas. Osmar Dias informou ao senador pelo Tocantins que o relator do projeto que legaliza o jogo no Brasil, senador Romero Jucá (PSDB-RR), anunciou que só apresentará seu parecer quando as investigações forem concluídas.

O presidente da CAS disse esperar que Buffara deponha à comissão nos próximos dias. O diretor do Indesp havia apresentado atestado médico, pedindo o adiamento de seu depoimento mas, segundo Osmar Dias, o prazo dado para sua recuperação já expirou.

Osmar Dias quer criação de CPI para apurar denúncia de corrupção no Indesp

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) deu ontem entrada em requerimento solicitando a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para, no prazo de 90 dias, “apurar a ocorrência de irregularidades no credenciamento de bingos no âmbito do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp)”. Osmar Dias disse que o requerimento tem 33 assinaturas, ou seja, seis além do que exige o Regimento Interno do Senado.

Osmar Dias lembrou que as denúncias de envolvimento do Indesp e do Ministério do Esporte e do Turismo com a máfia partiram do Judiciário italiano. O senador leu trechos de reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, revelando que a Portaria 23 — que autorizava o funcionamento de videobingos — foi elaborada e redigida dentro da Companhia Na-



Osmar Dias disse que partiram da Justiça italiana denúncias de envolvimento do Indesp com a máfia

cional de Abastecimento (Conab) por pessoas que não pertenciam ao quadro de funcionários do Ministério do Esporte e do Turismo, segundo investigações comandadas pela Polícia Federal após denúncia do Ministério Público.



Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais acataram parecer elaborado pelo senador Moreira Mendes

Auditoria do TCU aponta falhas na execução do SUS

Decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias no Sistema Único de Saúde (SUS), no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e no Serviço Social do Comércio (Sesc) foram analisadas ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). As conclusões dos técnicos do TCU apontam falhas na execução dos trabalhos das três instituições — como a baixa qualidade do atendimento ao usuário do SUS, com filas e cobrança indevida de valores — e sugerem medidas para corrigi-las.

— Trabalhos dessa natureza devem ser estimulados de forma a alterar o enfoque do TCU de privilegiar processo de prestações de contas em prejuízo de ações fiscalizatórias e auditorias de natureza operacional — afirma o senador Djalma Bessa (PFL-BA) em parecer sobre o relatório do TCU que diagnostica a saúde pública no país, aprovado por unanimidade.

No financiamento do SUS, o relatório constata que a distribuição regional dos recursos para a saúde não vem sendo cumprida. Os dados demonstram que a região Sul tem gasto *per capita* 50% superior à região Nordeste e duas vezes maior que o da região Norte. Além disso, os auditores credi-

tam que deve haver vinculação de recursos públicos para a saúde nos mesmos moldes da educação e concluem que CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira) não representou aporte adicional de recursos ao SUS.

O TCU identificou ainda uma participação majoritária de hospitais conveniados, o que contraria o princípio da complementaridade da rede privada. O relatório aponta a necessidade de desenvolvimento de uma nova sistemática de fiscalização da aplicação de recursos no SUS e destaca a eficiência dos programas de agentes comunitários de saúde e de saúde da família.

SESC/SENAC

O aviso do TCU que encaminhou os resultados das auditorias operacionais realizadas em administrações regionais do Senac e do Sesc foi analisado pelo senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS). O tribunal avaliou o cumprimento da finalidade das entidades e examinou o desempenho de suas estruturas organizacionais e financeiras.

Entre as falhas, os técnicos do TCU apontaram o alto número de servidores na “área meio” em detrimento da



Djalma Bessa quer que TCU dê prioridade a processos de prestação de contas

“área fim”, o baixo índice de conclusão dos cursos oferecidos e a ausência de indicadores para aferir a eficiência do Sistema “S”. O TCU fez ainda diversas recomendações às direções das entidades, no sentido de corrigir os problemas detectados.

— As auditorias operacionais revelam-se um importante instrumento de política de planejamento no sentido de avaliar a ação governamental durante sua implementação, fornecendo elementos para corrigir eventuais falhas — conclui Juvêncio, cujo parecer foi aprovado pelos senadores da CAS.

Tanto Bessa quanto Juvêncio solicitaram que a CAS informe ao TCU ter tomado conhecimento das auditorias.



Segundo Artur da Távola, "governantes fazem programas à revelia do Legislativo"



Fogaça citou como "fato notório" a falta de reuniões das comissões que deveriam examinar as MPs



Álvaro Dias ressaltou o fato de FHC ser, até agora, o campeão em edição de medidas provisórias



O senador Antonio Carlos Valadares defende a eliminação das MPs do regime jurídico nacional

Suplicy pede controle do fluxo de capitais estrangeiros

A possibilidade de o governo federal propor a conversibilidade do real já no próximo ano, conforme anunciou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, foi considerada precipitada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele lembrou ontem que os movimentos abruptos de capitais internacionais ocorridos nos últimos anos em países da Ásia e no Brasil contribuíram muito para a desestabilização dessas economias.

Suplicy disse que se surpreendeu com o anúncio do Banco Central porque entende que deveria haver um movimento em sentido contrário. Ressaltou que importantes economistas — como James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, Paul Kruger, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Paul Singer, Paulo Nogueira Batista Júnior e Luiz Gonzaga Belluzzo — têm manifestado preocupação a respeito dos movimentos de capitais, sobretudo daqueles de natureza especulativa, e proposto formas de controle.

Ele recordou que, no primeiro semestre, enviou a Fraga uma carta questionando a possibilidade de o Brasil introduzir formas de controle dos fluxos de capital. Segundo Suplicy, o presidente do BC chegou a elogiar a proposição contida na carta e a inquietação do senador diante do problema.

—Aguardo até hoje a resposta e, agora, executivos do BC simplesmente anunciam que podemos passar à conversibilidade total do real em prazo tão curto, sem maior discussão, inclusive com o Congresso, com senadores como eu próprio que manifestamos a intenção de debater esse assunto — espantou-se.

De acordo com Suplicy, os argumentos utilizados por Armínio Fraga para sustentar que o Brasil deveria simplesmente deixar de ter qualquer tipo de controle do capital não são convincentes nem adequados.

O senador afirmou que os investidores estrangeiros, sobretudo aqueles interessados em realizar investimentos de médio e longo prazo, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva do país, compreendem que o estabelecimento de regras claras contribuiria para que a economia tivesse um crescimento com muito maior estabilidade do que até agora vem ocorrendo.



Eduardo Suplicy condenou a adoção imediata da livre conversibilidade do real

Presidencialismo brasileiro é uma "ditadura legal", acusa Artur da Távola

Para senador, as medidas provisórias se transformaram em um instrumento autoritário a serviço do Poder Executivo, que governa o país pela via da "desvalorização do Parlamento"

No terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias, o senador Artur da Távola (sem partido-RJ) disse ontem que o presidencialismo brasileiro "é uma ditadura legal, referendada pelas urnas, onde manda um ditador provisório, com mandato de quatro anos". Os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também criticaram o poder exercido no Brasil por meio de medidas provisórias (MPs).

Ao repudiar os poderes que se concentram no governante, Távola observou que é com as MPs que se exerce a ditadura do Poder Executivo. Ele disse que não há relação entre programa de governo e articulação com

o Parlamento. Declarou que os "governantes brasileiros fazem seus programas à revelia do Legislativo", o qual não tem suas lideranças consultadas nem quando o Executivo precisa de votos. "É uma constante atividade de conflito entre o presidente da República e o Parlamento, conflito resolvido pela desvalorização do Parlamento", afirmou.

Fogaça citou como fato notório a inexistência de reuniões das comissões mistas designadas para examinar medidas provisórias. Ao informar que há 70 medidas provisórias em processo de reedição, ele sustentou que nenhuma suscitou uma só reunião, sendo essa uma das preocupações presentes em seu substitutivo sobre a matéria. Sobre as sessões conjuntas que o Congresso deve realizar

para votar MPs e apreciar vetos, mencionou a quase inviabilidade de continuar-se apostando nessas reuniões. "Enquanto o veto depender de sessões conjuntas do Congresso, não será devidamente apreciado", afirmou.

IMPACTO AUTORITÁRIO

O senador Álvaro Dias informou que, desde o governo Collor, mais de 4 mil MPs foram editadas, sendo Fernando Henrique Cardoso o campeão dessas edições, com mais de 3.200 medidas assinadas. Isso significa, lembrou ele, que o Executivo legislou bem mais que o Legislativo, sendo necessário "reduzir o impacto autoritário da medida provisória no processo legislativo". Também contra as sessões conjuntas que deliberam sobre essa matéria, Álvaro Dias disse que quem assiste a uma sessão do

Congresso fica impressionado com a falta de respeito, consideração e eficiência com que se decidem questões tão importantes para o país.

Valadares lastimou o fato de que, em vez de serem extirpadas, as MPs continuarão a subsistir no nosso mundo jurídico. Apesar de o substitutivo de Fogaça regulamentar essa matéria, Valadares reconhece isso apenas como um avanço. E insiste na idéia de que a medida provisória deve prevalecer apenas por mais dois anos no regime jurídico brasileiro, a fim de que o país volte ao sistema que vigorava anteriormente, quando o Legislativo dispunha sobre os assuntos hoje sujeitos a medidas provisórias. Para ele, o instrumento da medida provisória não é compatível com o sistema presidencialista.

Cândido registra os protestos contra a política econômica

Ao registrar que o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania realizou ontem manifestações em vários estados brasileiros para marcar o Dia Nacional de Paralisação e Protesto, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) explicou que a mobilização tem o objetivo de protestar contra a "política entreguista" do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele acrescentou que o atual governo entrará para a história como o maior destruidor das riquezas e dos valores nacionais.

— Vivemos um momento de destruição do tecido social, onde o narcotráfico se mostra íntimo do poder e uma só quadrilha estende seus



Cândido denunciou a "destruição do tecido social" do país

tentáculos por mais de 14 estados da Federação. Um momento em que nossos jovens, desesperançados de alguma oportunidade futura, se entregam à violência, à prostituição e às drogas — denunciou Geraldo Cândido.

O senador observou que a violência é causada pela concentração de renda, pela exclusão social e pelo desemprego. Segundo o senador, desde o início do governo, FHC fez crescer a massa de desempregados, deixando os trabalhadores ainda mais pobres. Ele citou como exemplo levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego que aponta que, nos últimos cinco anos, cerca de 1,5 milhão de trabalhadores foram demitidos.

Heloísa Helena repudia candidatura de Collor

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) repudiou ontem o retorno à cena política do ex-presidente Fernando Collor de Mello, pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. Heloísa elogiou artigo de Clóvis Rossi, intitulado "A máfia oculta", publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em que o jornalista lembra que o nome do ex-presidente aparece, vez ou outra, indiretamente envolvido em investigações policiais ou da CPI do Narcotráfico.

Heloísa disse não acreditar que o povo alagoano volte a eleger Collor e apelou para que o povo de São Paulo também não o faça. Ela disse que, se Collor tentar se eleger em Alagoas, "não terá uma mulher contra ele, mas uma verdadeira onça atrás de uma ratazana".



Heloísa Helena espera que São Paulo e Alagoas não elejam Collor

A senadora disse esperar que a CPI do Narcotráfico "chegue ao elo fundamental dessa corrente perversa que maltrata a juventude brasileira" e observou que a existência do narcotráfico não seria possível se não tivesse o "braço cúmplice" dos poderes político, econômico, judicial e da polícia.

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou a senadora pela coragem e pela indignação, mas lembrou que o brasileiro acreditou que Collor pudesse realmente combater os males do país. "Em curto espaço de tempo, descobriu que ele queria mesmo era usufruir do poder", assinou. Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que, se fosse senador à época, não teria votado favoravelmente à cassação de Collor, pois ele já havia renunciado.



Segundo o projeto aprovado, Imposto sobre Serviços será cobrado das empresas que exploram os pedágios nas rodovias

Plenário aprova cobrança de ISS sobre pedágios

Matéria ainda precisará ser submetida novamente à deliberação dos deputados

Em turno suplementar, o Senado aprovou definitivamente ontem o substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos a projeto originário da Câmara que inclui a cobrança de pedágio entre os serviços sujeitos à incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). Foi decidido que a base de cálculo do imposto será o preço cobrado aos usuários proporcionalmente à extensão da rodovia explorada. A matéria será submetida agora à deliberação da Câmara

dos Deputados.

De acordo com o texto aprovado, nos trechos das rodovias que passem por cidades onde não existam postos de pedágio, a alíquota sofrerá uma redução de até 60%, em relação ao valor a ser pago nos municípios com postos de pedágio. A lei também define "rodovia explorada" como o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Redução de desigualdades regionais vai a exame na CCJ

A pedido do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o plenário adiou a votação e remeteu ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto que regulamenta dispositivo constitucional concernente às desigualdades regionais. De autoria do próprio senador, o projeto estabelece que a União promoverá a articulação de ações de âmbito federal, estadual e municipal, em regiões em desenvolvimento, visando à consecução de objetivos que resultem na redução das desigualdades.

Pelo projeto, essas regiões serão constituídas de estados ou porções territoriais que apresentem condições geoeconômicas e sociais semelhantes, ou que tenham igualmente situação econômica inferior às médias nacionais. O próprio Ronaldo Cunha Lima pediu que o projeto vá à CCJ para

ser examinado quanto à juridicidade e constitucionalidade.

Durante a sessão, o líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), manifestou seu regozijo por ver Ronaldo Cunha Lima retornar ao trabalho legislativo, depois de uma licença médica. Na presidência da Mesa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) também manifestou sua satisfação com o fato.



Ronaldo Cunha Lima tomou a iniciativa de pedir o adiamento da votação

Proposta de Luiz Estevão que disciplina gastos do DF é aprovada com 61 votos

Por 61 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), disciplinando as transferências de recursos da União para o Distrito Federal. Foi determinado que os recursos pertinentes a essas transferências constitucionais, vinculados ao custeio de determinados serviços públicos, serão computados uma única vez, não podendo ser também computados como gastos do governo local.

O projeto vai ser submetido agora a segundo turno de votação. O

senador Luiz Estevão registrou o quanto é importante para o Distrito Federal a aprovação dessa matéria, que propiciará um formato correto às folhas de pagamento de pessoal, evitando a demissão de inúmeros servidores do governo local.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, Roberto Saturnino reconheceu que 95% das transferências da União para o Distrito Federal têm como destinação a cobertura de dispêndios com pessoal ativo e inativo dessa unidade da Federação. No entanto, admitiu ele, as transferências previstas no Orçamento Geral da União para 1999 deixam evidente a dupla



Luiz Estevão destacou o quanto é importante para o Distrito Federal a aprovação do projeto

contagem de gastos com pessoal da administração pública, o que o projeto pretende eliminar. Seu substitutivo visou apenas a corrigir técnica legislativa.

Ratificado convênio de banco africano

Foram aprovadas ontem, pelo plenário do Senado, modificações no convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, permitindo a alteração de dispositivos relativos à alocação de capital, *quorum* e estrutura de votação. Com essas alterações, quando do aumento de capital do banco, a alocação das ações a serem subscritas entre os grupos de países acionistas permitirá que os membros regionais tenham 60% do poder votante, ficando 40% para os membros não regionais.

A matéria agora vai a promulgação. Antes, essas modificações ao convênio foram aprovadas na 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, na Costa do Marfim. Na Comissão de Relações Exteriores do Senado, a matéria foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Concessões de rádio estão renovadas

O Senado aprovou ontem projetos que autorizam a renovação da concessão das emissoras de rádio Visão de Uberlândia (MG), em frequência modulada; Clube de Mococa (SP), em onda média; Sociedade Rádio Clube de Varginha (MG), em onda média; e Radiodifusão Assisense, em São Francisco de Assis (RS), em onda média.

Os atos foram aprovados em votação simbólica, com a abstenção dos senadores Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos (PT-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE), Marina Silva (PT-AC) e Geraldo Cândido (PT-RJ). A decisão do plenário vai agora a promulgação.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (substitutivo da Câmara, nº 472-B/97, naquela Casa). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal e dá outras providências. (Regulamento a adoção de medidas provisórias.)

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1999 – Complementar. Luiz Estevão. Altera a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAE (substitutivo), fica prejudicado o projeto. Votaram: SIM: 61. NÃO: 03. ABS.: 01. TOTAL: 65. A matéria vai à Cdir, a fim de redigir o vencido, para o turno suplementar.

3

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1999 – Complementar. Ronaldo Cunha Lima. Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição federal (redução de desigualdades regionais).

Resultado: Lido e aprovado requerimento de adiamento da discussão da matéria, a fim de ser examinada pela CCJ, quanto à juridicidade e constitucionalidade.

4

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1999 – Complementar (nº 149/97 – Complementar, na Casa de origem). Define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências.

Resultado: Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1998 (nº 449/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia (MG), em frequência modulada.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1998 (nº 540/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa (SP), em onda média.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1998 (nº 543/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha (MG), em onda média.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1998 (nº 566/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a outorga deferida à Radiodifusão Assisense, em onda média, na cidade de São Francisco de Assis (RS).

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, *quorum* e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Amorim é contra uso do FGTS para empresas estrangeiras comprem empresas nacionais

Amorim critica política de redução do Estado

Ao comentar que a globalização não é um meio nem um fim em si mesma e que o governo também não é um corretor que tenha que vender para ganhar alguma comissão, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu revisão urgente na política de privatização no Brasil. Ele também criticou o empréstimo de dinheiro do FGTS para empresas estrangeiras comprarem empresas nacionais.

— O BNDES, ao qual é dirigida a poupança do trabalhador brasileiro para financiar investimentos de empresas de capital nacional, está desviando seus recursos para a compra de estatais por empresas estrangeiras. Este financiamento não cria empregos, não aumenta o parque produtivo do Brasil, não desenvolve o país — denunciou.

O senador por Rondônia acrescentou que, enquanto o Brasil financia a juros de 5% empresas estrangeiras para a compra do patrimônio nacional, as companhias do exterior se instalam no país e aplicam seus próprios recursos no mercado financeiro, onde o governo paga juros de 19%, “extorsivos, sacados do imposto cobrado do trabalhador”. Amorim ressaltou que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Desenvolvimento, Alcides Tápias, devem lembrar que “não são empregados do capital internacional, mas empregados do Brasil”. Malan, afirmou, não pode ser um gerente da “banca internacional”.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu Malan, considerando que Amorim foi injusto ao dizer que o ministro é defensor do capital internacional. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) concordou com o pronunciamento de Amorim, acrescentando que não apenas a equipe econômica, mas a condução da política do governo federal é de subserviência ao capital especulativo internacional.

Melo propõe privatização limitada para saneamento

Projeto do senador proíbe estados e prefeituras de venderem ações de suas companhias de água e esgoto e cria “tarifa social”

A privatização das empresas de água e saneamento deve ser limitada para evitar que as populações carentes sofram com a falta de investimentos e o alto custo das tarifas, segundo o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ele discursou ontem em plenário sobre projeto de lei de sua autoria que proíbe os governos estaduais e prefeituras de alienarem ações de suas companhias de água e esgoto.

Mesmo deixando claro que é favorável à privatização e ao enxugamento do Estado, Melo ressaltou que, no caso do setor de água e saneamento, a venda das empresas estatais não propiciará um cenário de concorrência, como está ocorrendo na área de telecomunicações. Conforme o senador, os novos donos dessas empresas não terão compromisso com o atendimento amplo e justo da população pobre. Por essa razão, o projeto obriga os compradores a garantir aos cidadãos de baixa renda a cobrança de uma “tarifa social”.

— Não haverá dois canos nas



Para Geraldo Melo, venda de empresas estatais do setor não propiciará concorrência

ruas distribuindo água ou recolhendo esgoto a preços diferenciados. Vamos substituir o monopólio estatal pelo monopólio privado — alertou Geraldo Melo.

Lembrando que nos Estados Unidos as companhias de água e saneamento não são privadas, o senador informou que seu projeto impede que a desestatização do setor se dê pela simples venda das ações do governo. Melo propõe que os atuais donos abram mão do controle acionário ao elevar o capital das empresas, sem adquirir mais ações. Os novos

controladores conviveriam com os governos, que estariam na condição de acionistas minoritários. Estes teriam de esperar três anos após a privatização para negociar suas ações, o que não poderia ser feito em período eleitoral para evitar o mau uso do dinheiro público.

— A presença do Estado garantirá o tratamento adequado aos mais carentes e o novo capital permitirá atendimento digno a toda a população brasileira, hoje não atendida plenamente — disse

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Hugo Napoleão (PFL-PI), elogiaram a proposta de Geraldo Melo. Segundo Suassuna, o projeto pode ajudar muito na solução de um problema bastante complexo. Napoleão considerou a proposta “inédita, engenhosa e até revolucionária”. O senador piauiense fez relato sobre o destino dos recursos recebidos pelo governo do estado como adiantamento pela venda da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), utilizados no pagamento de salários atrasados.



Maguito Vilela diz que população está bebendo água contaminada por fossas

Maguito faz alerta sobre abastecimento de Águas Lindas

A maior parte dos 160 mil habitantes da cidade goiana de Águas Lindas, na divisa com o Distrito Federal, está bebendo água contaminada por fossas de esgotos por causa da burocracia do governo de Goiás, denunciou em discurso ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). A cidade foi erguida em poucos anos ao lado de uma barragem que abastece de água mais da metade de Brasília, mas ainda não conta com uma rede de água potável.

De acordo com o senador, a companhia de águas do DF quer construir um sistema de distribuição de água em Águas Lindas, mas o governo de Goiás “está bloqueando o início das obras”, alegando “invasão de competência” por parte da empresa pública de Brasília. Depois de informar que visitou a cidade nesta semana, Maguito Vilela se disse impressionado com o que viu.

— Não pode existir “invasão de competência” quando se tem crianças matando a sede com água de cisternas perfuradas a menos de um palmo do buraco do esgoto — afirmou.

Maguito Vilela lamentou ainda que o atual governador de Goiás, Marconi Perillo, tenha praticamente acabado com programas sociais implantados pelo governo passado, inclusive a distribuição de cestas de alimentos a famílias pobres. Estes programas sociais surgiram nos governos do PMDB, partido rival do atual governo de Goiás.

Para o senador goiano, os governos de Goiás e do DF devem trabalhar em parceria para resolver os problemas das cidades do Entorno de Brasília. Ele observou que estas cidades, ao contrário de se beneficiar da proximidade da capital federal, vêm pagando um alto preço.

Governo deve dar mais atenção a água e esgoto, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) reivindicou ontem mais atenção dos governos federal, estaduais e municipais para as ações de saneamento básico. “Segundo o Banco Mundial, será necessário investimento de R\$ 42 bilhões nos próximos 15 anos para universalizar os serviços de água e esgoto no país”, disse.

Para Patrocínio, somente a privatização do setor será capaz de garantir tais aportes de recursos. “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está no caminho certo ao participar do financiamento a várias das 32 operadoras privadas que obtiveram concessões municipais para explorar serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto”.

O senador pelo Tocantins afirmou que, ao invés de vender o patrimônio das estatais de água e esgoto, a melhor forma talvez seja

a proposta do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) de abrir o capital dessas empresas a aportes de capital de empresas nacionais e estrangeiras. “Também gostaria de ver as ações dessas novas companhias pulverizadas, dando à população a possibilidade de participar do programa de privatização”.

Patrocínio também manifestou apoio à criação de uma Agência Nacional da Água, defendida pelo ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, Sérgio Cutolo. “Caberia à agência, o papel de regulação de todo o sistema hídrico, abrangendo abastecimento, saneamento, irrigação e energia elétrica relacionada ao setor, inclusive a questão do impacto dessas várias atividades sobre o meio ambiente”, explicou.

Carlos Patrocínio disse que o programa de privatização desse se-



Carlos Patrocínio: R\$ 42 bilhões para universalizar serviço de água e esgoto no país

tor pode ser diferente daquele adotado para outros segmentos da economia. “O fundamental é saber buscar, sem dogmatismos, as opções técnicas e econômicas que se mostram mais adequadas para atender aos interesses públicos.”

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que investir nas redes de água e esgoto significa cuidar melhor da saúde da população.

Relator propõe criação de fundo contra pobreza

Até a próxima terça-feira, a comissão mista estará recebendo sugestões e emendas ao texto final da proposta de emenda constitucional que será apresentada como conclusão dos trabalhos realizados

O relator da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, deputado Roberto Brant (PFL-MG), incluiu em seu relatório preliminar proposta de emenda constitucional instituindo o Fundo de Combate à Pobreza no Brasil, para financiar os programas indicados pela



comissão. Ele acolheu os principais pontos da proposta apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que também cria um fundo.

A apresentação do relatório foi feita ontem. Até terça-feira, a comissão estará recebendo sugestões e emendas ao texto final da PEC, que deverá ser votada, na própria comissão, até o final da próxima semana e encaminhada ao Congresso.

O fundo proposto pelo relator terá a vigência de dez anos e será constituído de percentuais incidentes sobre recursos tributários já existentes. Entre tais tributos, inclui dotações oriundas de 0,08% da arrecadação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimento Financeira). O relator propõe

que a CPMF seja cobrada durante os dez anos de duração do fundo e, portanto, não seja extinta em 2002, como está previsto na lei que a criou.

Conforme a emenda, o fundo será financiado pelo adicional de cinco pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente sobre produtos supérfluos, fumo e bebidas alcoólicas. Em nível estadual, o fundo receberá adicional de dois pontos percentuais sobre a alíquota do ICMS de produtos e serviços supérfluos. Em nível municipal, terá adicional de dois pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre serviços supérfluos.

O relatório define como alvos potenciais dos programas de erradicação da pobreza os quase 35% de brasileiros que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são considerados pobres. São cerca de 60 milhões de pessoas que recebem renda familiar *per capita* de até R\$ 80. Esse universo inclui cerca de 24 milhões de pessoas – 14% da popula-

ção brasileira – considerados indigentes, com renda insuficiente para se alimentar.

Brant afirma que, para acabar com a pobreza no país, os programas devem centrar suas ações nas crianças, garantindo que não herdem as mesmas desvantagens legadas a seus pais. “Para que as crianças pobres se tornem adultos não pobres é preciso que tenham, desde o nascimento, as mesmas oportunidades das crianças de outras classes sociais, com as quais vão, no futuro, conviver e competir.”

O relator explicou que, “para cumprir essa estratégia de inclusão”, a PEC estabelece que 75% dos recursos do fundo sejam necessariamente aplicados em três grupos de ações que visam ao desenvolvimento pleno das crianças de zero a três anos, quatro a seis anos e sete a 14 anos.



Roberto Brant (E) define como alvos potenciais dos programas contra a miséria os cerca de 60 milhões dos brasileiros com renda familiar de até R\$ 80

Marina quer levar conclusões da comissão ao presidente

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza deve dispor junto ao presidente da República do mesmo espaço conquistado pela CPI do Narcotráfico – que está levando a Fernando Henrique Cardoso propostas para discutir ações de combate à violência no país –, conforme defendeu ontem a senadora Marina Silva (PT-AC).

Ao fazer uma análise preliminar do relatório apresentado pelo deputado Roberto Brant sobre os trabalhos da comissão, Marina disse que identificou por parte do relator ênfase no que se refere à questão da educação, mas não observou o mesmo empenho quanto à reforma agrária, que considera igualmente importante para o combate à pobreza:

– Quero alertar mais uma vez

que, segundo os técnicos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os dois elementos mais importantes de inclusão social estão exatamente nas ações voltadas para a reforma agrária e a educação – afirmou a senadora, acrescentando que as emendas de senadores e deputados ao relatório serão apresentadas no próximo dia 16.

Marina pediu apoio dos parlamentares à sua proposta que cria no Orçamento da União uma rubrica denominada “Orçamento Social” para o combate à miséria. A senadora elogiou a atitude dos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, assim como do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, que aprovaram a iniciativa da senadora destinando R\$ 1,5 bilhão para esse fim.



Marina pediu ênfase à questão da reforma agrária

Para Maguito, fim da fome é maior desafio

Ao presidir a reunião de ontem da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que o grande desafio do próximo milênio será a erradicação da fome no planeta. “Isso é possível, desde que todos decidam dar sua contribuição efetiva. Teremos resultados gratificantes”, garantiu.

Para a vice-presidente da comissão, senadora Marina Silva (PT-AC), o relatório do deputado Roberto Brant deverá ser debatido amplamente, para inclusão de possíveis alterações na proposta de emenda constitucional (PEC): “Tenho sugestão para incluir, no Orçamento da União, recursos carimbados para ações sociais, de maneira permanente”.

Marina afirmou que no projeto de Orçamento 2000 já existe uma emenda destinando R\$ 1,5 bilhão para programas sociais. “Esses recursos representam apenas uma

janela. É preciso ampliar bastante esse montante se quisermos obter resultados concretos.”

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a PEC representa um passo importante, porém insuficiente. “Percebi ausências, como falta de preocupação com a reforma agrária. Os modernos estudos sobre combate à pobreza tratam de fluxo de renda, mas também de aquisição de ativos.” Suplicy afirmou que as teorias mais novas de erradicação das desigualdades destacam tanto a educação, para fornecer conhecimento às pessoas, quanto as iniciativas de dar patrimônio aos pobres. “Nesse particular, a reforma agrária representa um instrumento eficaz para

transformar trabalhadores sem-terra em pequenos proprietários e até empresários”, disse.

Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou que o ano 2000 será de elei-

ções municipais. “Não vamos nos iludir. Se os recursos caírem nas mãos dos prefeitos, eles poderão ser transformados em armas contra a pobreza, mas a favor dos prefeitos. Que tipo de vigilância vamos exercer?”, perguntou. “Se não houver punição para desvio de recursos vamos engordar os que já estão ricos, enquanto enganamos os pobres”, observou o senador.

Para ele, é importante que não seja criado um novo órgão para gerir o fundo constitucional que está sendo proposto. “Devemos usar pessoas requisitadas e não nomeadas, para não criar uma árvore carregada de jabutis”, disse.

O relator, deputado Roberto Brant, respondeu que os recursos não irão diretamente para as mãos dos prefeitos. “A proposta cria um Conselho Nacional de Solidariedade, composto de nove membros nomeados pelo presidente da República com, pelo menos, quatro representantes da sociedade civil. Caberá a esse conselho gerir os recursos do fundo.”



Maguito acha que todos precisam dar sua contribuição

Relatório será votado dia 16

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ao plenário ontem que a sessão da próxima terça-feira será deliberativa, mas a Ordem do Dia se destinará ao trabalho das comissões. Isso porque a Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza tem reunião marcada para essa data, às 14h, a fim de votar o relatório final elaborado pelo deputado

Roberto Brant.

Antonio Carlos Magalhães informou, também, que na quarta-feira (dia 17) será votado o projeto do governo que altera o cálculo dos benefícios da Previdência Social e anunciou que está marcado para o dia 18, às 10h, o comparecimento do ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Grecca, ao plenário do Senado.